



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

ANÁLISE DA POLÍTICA ESPORTIVA IMPLEMENTADA NO ESTADO DA BAHIA NA PERSPECTIVA DO MODELO DE COALIZÃO DE DEFESA

Neidiana Braga da Silva Souza (UESB); Temistocles Damasceno Silva (UEM); Luciana Letícia Sperini Rufino dos Santos (UEM)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil
neidianabraga@gmail.com

Palavras-chave: Política; Esporte; Coalizão de Defesa; Bahia.

Introdução

A produção acadêmica no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil ganhou ênfase a partir dos anos 80. Todavia, Starepravo (2011) revela que a maioria desses estudos são relatos de experiência, ausentes de embasamento teórico e metodológico consistente. Além disso, os estudos sobre o subcampo política pública de esporte nos estados brasileiros se apresentam de maneira embrionária.

Nesta lógica, o modelo de coalizão de defesa elaborado por Sabatier e Weible (2007) torna-se uma ferramenta significativa para a análise da política pública em geral. Ao correlacionar o referido modelo com o subcampo da política pública de esporte é possível compreender que existem subsistemas constituídos por um aglomerado de atores (individuais e/ou coletivos), de instituições (privadas e/ou públicas), ativamente interessados com determinado campo e/ou subcampo de políticas públicas, visando influenciar nas decisões nesse meio.

Partindo desse pressuposto, despertou-se o interesse em compreender: qual a dinâmica das coalizões estabelecidas a partir do processo de formulação e implementação da política de esporte no estado da Bahia? quais os sistemas de crenças que sustentaram as coalizões existentes no processo de implementação de tal política? quais os recursos utilizados pelos agentes envolvidos no processo?

Objetivos

A pesquisa busca compreender a dinâmica das coalizões estabelecidas a partir do processo de formulação e implementação da política de esporte no Estado da Bahia. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os sistemas de crenças que sustentaram as coalizões existentes no processo de implementação da política esportiva no estado da Bahia; b) Diagnosticar os recursos utilizados pelos agentes inseridos nas coalizões.



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

Metodologia

No que diz respeito ao procedimento metodológico, este trabalho se caracteriza como exploratório e de natureza qualitativa. O recorte temporal compreende o período de 1983, correlato ao ano de criação da Superintendência de Desporto do Estado da Bahia (BAHIA, 1983), até o ano de 2017, o qual justifica-se pela necessidade de compreender a formação e implementação da política pública de esporte e lazer através de um longo período de tempo. Em relação ao recorte espacial, a escolha do referido Estado enquanto referência empírica deu-se pelo caráter inovador acerca da produção relacionada ao campo acadêmico.

Para o delineamento da pesquisa, visa-se a realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos gestores públicos responsáveis pelas estruturas organizacionais correlatas ao fomento da política esportiva no estado da Bahia. Além disso, pretende-se consultar, selecionar e organizar documentos disponíveis nos sites oficiais do Poder Público Estadual bem como no portal da transparência. Em sequência, será realizada a leitura de todos os documentos selecionados, buscando catalogar os dados importantes para a investigação. Vale ressaltar os principais documentos a serem analisados: as Leis Estaduais correlatas ao fenômeno esportivo; os Planos Plurianuais (PPA's); os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO's) e os relatórios de atividades elaborados através das entidades governamentais responsáveis pelo setor esportivo no referido estado.

Elencou-se enquanto aporte teórico o modelo de Coalizões de Defesa ou *Advocacy Coalition Framework-ACF*, o qual aborda a inserção de valores, crenças e comportamentos na construção de políticas públicas. O referido modelo visa explicar a formulação e as mudanças nas políticas, a partir das características presentes nas coalizões correlatas aos fatores relativamente estáveis, a estrutura organizacional e aos fatores externos que afetam determinado subsistema. As premissas do ACF são basicamente: 1) considerar o período temporal de dez anos ou mais; 2) que as políticas públicas são definidas enquanto sistema de crenças; 3) determinar o conceito de subsistema mais eficaz com o escopo de compreender as modificações nas políticas públicas; 4) tais subsistemas são amplos e intergovernamentais (BUENO, 2008).

Resultados

Desta forma, espera-se evidenciar a configuração da política pública do esporte e lazer no cenário local e as intercessões do campo político. Para tal, o modelo de coalizão de defesa indica a necessidade de investigar o sistema de crenças. Esse sistema se configura enquanto ideias, normas, valores, apontamentos acerca da causalidade dos problemas políticos e seus efeitos e encontra-se partilhado entre os atores envolvidos em certo campo político. Desse modo, Sabatier e Weible (2007) apontam três níveis acerca do conjunto de crenças: 1) núcleo duro (o que deve ser priorizado); 2) núcleo de políticas públicas (implementação da maioria das crenças do núcleo duro); 3) núcleo secundário (específico em seus objetivos e permitem alterações). Logo, Bueno (2008, p. 29-30) revela que:



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

A ACF valoriza o papel da ideologia ao assumir que o compartilhamento de crenças é a principal força de união dos atores. Assume-se que a coalizão irá resistir a informações que sugerem que suas bases de crenças podem ser inválidas ou inatingíveis. Por esse pressuposto, a coalizão usará estudos, pesquisas e outras informações para sustentar suas crenças e atacar as dos oponentes. [...]o nível de conflito em um subsistema varia conforme as divergências entre os atores se estabeleçam em aspectos secundários ou centrais de suas crenças.

Todavia, há três fatores que influenciam o caminhar das ações no subsistema político: o primeiro são os fatores estáveis, caracterizados pela estrutura social, instituições, valores e recursos financeiros, ou seja, apontamentos de variáveis internas; além disso, existem os fatores instáveis, sendo as modificações socioeconômicas, governamentais dentre outros, estas são variáveis externas; e no que confere ao terceiro fator, se apresentam como as coligações e alianças, momento de mediação entre os subsistemas, para estabelecer o consenso necessário, promovendo modificações e abertura no campo político (SABATIER; WEIBLE, 2007). Neste contexto, espera-se identificar quais são as variáveis que influenciaram a implementação da política esportiva no estado da Bahia.

Conclusão

Após a realização da presente pesquisa, espera-se constatar que, os fatores externos provocaram mudanças substanciais no processo de implementação da política pública de esporte e lazer, fato esse, que se deu muito provavelmente pela dinâmica das coalizões de defesa que mantiveram a preponderância dos interesses particulares dos agentes inseridos no contexto. Todavia, acredita-se na necessidade de novos estudos na área, com vistas ao aprofundamento da compreensão acerca do fenômeno em questão.

Referências

BAHIA. Lei Delegada nº 37 de Março de 1983 – Cria a Superintendência de Desportos do Estado da Bahia- e da outras providências. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70038/lei-delegada-37-83>>

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese de Doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SABATIER, P.A; WEIBLE, C.M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In: SABATIER, P.A (Ed.). **Theories of the Policy Process**. 2ª Ed. Boulder: Westview Press, 2007.

STAREPRAVO, F.A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

científico/acadêmico. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.